

Marinês Ribeiro dos Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos

Resumo: Neste ensaio, tenho como objetivo discutir as implicações políticas da cultura material no que concerne às relações de gênero. Tendo como principal referência o pensamento de Judith Butler, as reflexões apresentadas no texto buscam problematizar como os valores objetificados nos artefatos cotidianos contribuem para a naturalização de diferenças que justificam desigualdades. Implicados na afirmação de binarismos de gênero, os artefatos podem servir como recursos materiais para a constituição de corpos ajustados às noções de “mulher-feminina” e “homem-masculino”. Sendo assim, quero afirmar que o questionamento de visões hegemônicas quanto ao caráter naturalizado das clivagens de gênero, bem como da heterossexualidade como a ordem dominante do desejo, passa também pela reconfiguração das relações que temos com as materialidades que nos rodeiam.

Palavras-chave: Cultura material; relações de gênero; heteronormatividade; design; artefatos

Este ensaio tem como motivação registrar algumas reflexões que venho fazendo – em diálogo com a experiência docente em cursos de graduação em Design e informadas pela minha trajetória como pesquisadora afiliada aos estudos de gênero – sobre possíveis articulações entre gênero e cultura material. Pensar sobre tal articulação é um problema teórico que se coloca quando entendemos as materialidades que nos cercam como parte constitutiva das nossas experiências de ser e estar no mundo.

Para o antropólogo Daniel Miller, a cultura material faz de nós o que somos ou, pelo menos, o que pensamos ser. É certo que são as pessoas que fazem os artefatos. Mas os artefatos, uma vez integrados às práticas cotidianas, em alguma medida também “fazem” as pessoas. Na concepção do autor, a construção das nossas identidades também diz respeito à materialidade do “ambiente exterior que nos habita e incita” (MILLER, 2013, p. 79). Para além de servir apenas como meios para a expressão de personalidades associadas



Esta obra está sob licença *Creative Commons*.

com gostos ou escolhas específicas, ao nos apropriarmos dos artefatos, estamos nos constituindo como determinados tipos de sujeitos.

A prática do Design envolve o planejamento e a materialização de grande parte dos artefatos com os quais interagimos na vida social. Enquanto produção cultural, tais artefatos estão implicados na construção, circulação e consumo de sistemas de significados socialmente compartilhados (Marinês SANTOS, 2005). Nesse sentido, objetificam valores e interesses e sugerem determinadas posições de sujeito que somos convidadas/os a ocupar quando deles nos apropriamos.

Logo, artefatos não são “só artefatos”. Em outras palavras, artefatos não são neutros. Suas configurações materiais extrapolam a relação com a funcionalidade e nos falam de concepções de mundo, de hierarquias de valores, de relações sociais, de visões acerca das identidades e das diferenças (MILLER, 2013). Levando isso em conta, vale perguntar: como os valores associados ao gênero são objetificados na materialidade dos artefatos? Que visões de mundo estão em jogo? De que maneira os artefatos podem estar comprometidos com as normas e regulações de gênero?

Para discutir essas questões, apresento inicialmente a definição de gênero que está sendo considerada como aporte epistemológico neste ensaio. Muitas vezes, o gênero é entendido como o conjunto de significados culturais atribuídos à diferença sexual. O corpo, o sexo biológico, aparece como causa natural e o gênero como construção cultural acerca das diferenças entre mulheres e homens.

Refutando essa visão, me filio ao pensamento de Judith Butler acerca do caráter ficício envolvido na atribuição do sexo biológico ou anatômico como algo capaz de assegurar, revelar ou indicar uma suposta verdade do corpo, da identidade e do desejo. No livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler (2003) questiona a noção de que “somos” um sexo. Tal noção pode ser ilustrada pela pergunta que constantemente nos interpela em questionários ou fichas de cadastro, solicitando normativamente que assinalemos um “x” nas letras “M” ou “F”.¹ A fim de refutar a concepção do sexo como uma “essência” capaz de definir os sujeitos, Butler nos convida a desconfiar da ideia de que o sexo está para a natureza assim como o gênero está para a cultura. Vejamos alguns pressupostos, considerados pela autora como problemáticos, que estão por trás desse postulado:

- O sexo aparece como algo que é natural, ligado à biologia, à própria “substância” que define o sujeito (remete à estabilidade);
- O gênero, por sua vez, aparece como uma construção cultural que se constitui no tempo e no espaço (remete à possibilidade de mudanças na ordem social);
- Logo, o sexo (natural) figura como algo que antecede as relações (culturais) de gênero e que, de certa forma, as delimita.

Nesse registro, as relações de gênero se constituem – de forma desigual e hierárquica – a partir da significação cultural atribuída aos sexos naturais feminino e masculino. Sendo assim, as relações de gênero remetem aos “papeis sociais”² desempenhados por (bio)homens e (bio)mulheres nas sociedades, que devem ser questionados e modificados, visando à igualdade. Butler (2003) chama atenção para as limitações desse entendimento, entre elas:

- a dicotomia entre natureza e cultura;
- a oposição binária entre mulheres e homens, feminino e masculino;

¹ Essa metáfora é sugerida por Teresa de Lauretis (1994) para evidenciar os processos culturais que operam na naturalização de diferenças de gênero.

² Para uma crítica à noção de papéis sociais de gênero, ver Guacira Lopes Louro (2007).

- a naturalização da heterossexualidade como norma que não precisa ser questionada;
- o apagamento das estruturas de poder que sustentam tal naturalização.

Esta forma de entendimento situa o corpo, o sexo, como causa e o gênero como efeito. Contudo, para Judith Butler, as coisas ocorrem de outra maneira: o sexo não seria anterior ao gênero. Isto é, o sexo seria, ele mesmo, significado pelo aparato de poder que designamos gênero. Ou seja, nossos entendimentos quanto ao corpo/sexo seriam também efeitos de discursos e práticas reguladoras e não determinados por uma suposta natureza essencial. Nas palavras da autora:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem que designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 2003, p. 25, aspas e grifo no original)

Na concepção de Butler, o corpo nada tem de neutro. Ele é eminentemente político e está no centro dos interesses e da vigilância das instituições sociais, entre elas, o aparato jurídico, a escola, a medicina, a família e a igreja. Produzido e vigiado por estas instituições, o gênero – enquanto dispositivo que envolve discursos, normas e práticas reguladoras – age sobre os corpos, afirmando e fazendo circular noções culturalmente inteligíveis, padrões culturalmente reconhecíveis de identidades apresentadas como normais e desejáveis. Esses padrões são estabelecidos dentro do registro do que a autora denomina de heterossexualidade compulsória ou de matriz heteronormativa (BUTLER, 2003).

A afirmação da existência de uma matriz de inteligibilidade heteronormativa é chave para entendermos a questão das opressões de gênero e sexualidade. Uma “matriz de inteligibilidade” pode ser explicada como um sistema de coerência no interior do qual os sentidos são articulados. Corresponde a um tipo de modelo explicativo articulado a sistemas de classificação que dão ordem e possibilitam certo entendimento do mundo, das pessoas e da vida social.

A matriz heteronormativa envolve a significação do corpo. Ela subentende um sistema específico de coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Sendo assim, para ser inteligível, eu, que nasci (bio)mulher, devo necessariamente me ajustar às formas de comportamento entendidas como femininas pela expectativa social hegemônica, bem como desejar e praticar sexo com “homens”.

Nessa matriz, a noção de normalidade é definida a partir da correspondência entre sexo e procriação. O corpo é evocado como o território onde a “diferença” entre mulheres e homens pode ser observada de forma “objetiva” (na anatomia) e serve como local da “naturalização” da sua complementaridade (biologia/reprodução). Existe um “esquadrinhamento” dos corpos e a normatização das funções de suas partes, onde os órgãos considerados como sexuais curiosamente correspondem aos classificados como pertencentes ao aparelho reprodutor. Diz Judith Butler:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Nesse

contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. (BUTLER, 2003, p. 39, aspas no original).

Quem atravessa os limites instituídos e não segue o sistema de coerência heteronormativo corre o risco de não ser considerado inteligível, possível, normal. A expressão dos corpos e dos desejos é restringida, relegando manifestações de gênero alternativas e relações homoafetivas à marginalidade. Sua existência pode ser classificada como “criminosa”, “patológica”, “imoral” ou “abjeta”. As normas de gênero influenciam as maneiras pelas quais podemos aparecer e agir em espaços públicos. Também estão relacionadas às formas pelas quais algumas pessoas são eleitas como merecedoras de reconhecimento e de proteção pela lei, pela polícia, pelas políticas públicas, enquanto que outras não o são (BUTLER, 2007; 2009).

Conforme já vimos, o gênero corresponde ao aparato de poder que, por meio de discursos, normas e práticas reguladoras, constrói a percepção dos sexos feminino e masculino como naturais, estáveis e opostos, porém complementares. Tal ficção reguladora do binarismo sexual é fundamental para o funcionamento da heteronormatividade compulsória. Entretanto, feminilidades e masculinidades não são atributos próprios do corpo, mas sim noções construídas cultural e historicamente. Ou seja, ser “mulher” ou “homem” não decorre de características ontológicas. Trata-se, isso sim, de efeitos dos dispositivos de gênero. Nesse registro, vão se estabelecendo alguns padrões que são considerados pela expectativa social como adequados para “mulheres” e “homens” em termos de:

- formas de comportamento;
- tipos de interesses e atividades;
- gostos e aptidões;
- usos do corpo e gestualidades;
- relacionamentos afetivos e amorosos.

Tais padrões do que se entende por aceitável para “mulheres” e “homens” são relacionais, ou seja, a definição de um está atrelada ao sentido do outro. Esses padrões também estão sempre em disputa entre o que é classificado como “normal” e o que é classificado como “desviante”, num sistema de coerência subordinado à matriz de inteligibilidade heteronormativa. Conforme esclarece Judith Butler:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas e do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. (BUTLER, 2003, p. 45-46.)

A partir desta citação, quero chamar atenção para o desempenho, não apenas dos discursos – conforme enfatizado por Butler –, mas também da cultura material na manutenção da estrutura binária que caracteriza as noções de feminino e masculino. Aqui vale lembrar a contribuição de Beatriz Preciado (2009) que, recorrendo ao termo cunhado por Tereza de Lauretis (1994), alerta para as materialidades que nos cercam como “tecnologias de gênero”, ou seja, como dispositivos que atuam na construção e no reforço da heteronormatividade.

Em sua discussão, Preciado (2009) apresenta como exemplo os banheiros públicos que, uma vez divididos em “para mulheres” e “para homens”, servem como espaço de regulação de condutas e de reforço de significados hegemônicos sobre uma suposta estabilidade dos corpos e dos sexos. Quanto aos banheiros femininos, ela enfatiza a preocupação com o pudor em relação à exposição do corpo. Nesses espaços, a

feminilidade se produz pela interdição das funções fisiológicas ao olhar público, mediante o recurso das cabines individuais e fechadas onde ficam os vasos sanitários. Já nos banheiros masculinos ocorre uma divisão entre as funções fisiológicas, caracterizada pela diferença espacial e material entre “urinar de pé” no mictório e “defecar sentado” no vaso sanitário. Preciado argumenta que a produção eficaz da masculinidade heterossexual passa por essa separação entre genitalidade pública e analidade privada.

Poderíamos pensar que a arquitetura reflete características naturais, respondendo a uma diferença essencial de anatomia ou de funções biológicas. Mas o que ocorre é que a arquitetura está atuando como uma tecnologia de gênero, produzindo e fixando noções de diferenças que não são necessariamente naturais. Para Preciado, urinar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna nas sociedades ocidentais. Diz a autora:

[...] el discreto urinario no es tanto un instrumento de higiene como una tecnología de género que participa a la producción de la masculinidad en el espacio público. Por ello, los urinarios no están enclaustrados en cabinas opacas, sino em espacios abiertos a la mirada colectiva, puesto que mear-de-pie-entre-fíos es una actividad cultural que genera vínculos de sociabilidad compartidos por todos aquellos, que al hacerlo públicamente, son reconocidos como hombres. (PRECIADO, 2009, p.16)

A partir das reflexões de Beatriz Preciado sobre os banheiros públicos, podemos pensar também nas lojas setorizadas de roupas, de calçados e de brinquedos como materializações do binarismo de gênero nos espaços arquitetônicos. Além disso, as próprias roupas, sapatos e brinquedos expostos para venda nesses estabelecimentos comerciais objetificam em si a divisão presumida de gostos, comportamentos e interesses. Entre outras materialidades, banheiros, lojas, roupas, sapatos, brinquedos, embalagens, imagens, anúncios publicitários, quando implicados em clivagens de gênero, não estão só repetindo um fenômeno existente no mundo social. Estão reforçando valores e ajudando a naturalizar noções que são culturalmente construídas de feminilidades e masculinidades. Estão servindo como veículos para que conhecimentos específicos sobre gênero e sexualidade circulem na sociedade.

Qual é o sentido de existir xampus ou desodorantes específicos para mulheres e homens? Será que a natureza dos cabelos ou da transpiração é realmente distinta? Ou será que essa divisão se justifica por estratégias mercadológicas que acabam atuando no reforço da diferenciação biológica? O direcionamento de bonecas e miniaturas de utensílios domésticos para meninas, assim como de carrinhos e jogos de ferramentas para meninos é realmente decorrente de demandas e habilidades inatas? Ou a correspondência a tais demandas e habilidades, mediada pela identificação com tipologias de artefatos distintas, é necessária para a formação das crianças dentro da lógica do binarismo de gênero?

Aqui, podemos voltar à questão apresentada no início do texto acerca das implicações de termos que estar, constantemente, na vida cotidiana, marcando “M” ou “F”, não apenas quando preenchemos formulários, mas também quando vamos ao banheiro, quando cobrimos nossos corpos, quando compramos sapatos, quando usamos shampoos e desodorantes, quando compramos brinquedos ou decoramos os quartos das crianças, bem como quando falamos, gesticulamos, andamos e nos relacionamos afetivamente com outras pessoas.

Judith Butler (2007) acredita que a necessidade de afirmação contínua do binarismo “feminino/masculino” e da heterossexualidade como normal denuncia o caráter arbitrário, artificial, desses pressupostos. Nesse sentido, a autora questiona: se os princípios da heteronormatividade fossem realmente “naturais”, por que seria necessária essa reiteração constante das normas de gênero? Para Butler, a reiteração da norma é um dos procedimentos

que possibilita a sua percepção como algo natural e inquestionável. É a naturalização que, por sua vez, estabelece limites para as expressões de feminilidades e masculinidades, assim como possibilita a estigmatização social das pessoas que não se ajustam ao eixo do desejo heterossexual.

Visando justamente contestar esses mecanismos naturalizadores, Butler (2007) desenvolveu a noção de performatividade de gênero. Segundo a autora, a percepção do binarismo sexual como uma realidade estável faz parte dos efeitos discursivos do gênero, que em vez de simplesmente descrever um fato biológico, produz os corpos que governa. Vale enfatizar que as normas de gênero adquirem sua eficácia pela repetição reiterada, mediante o que Butler chama de *citacionalidade*.

Artefatos, muitas vezes, prestam-se como recursos para a citação de normas de gênero, atuando na produção de corpos ajustados às noções de “homem-masculino” e “mulher-feminina”. Logo, desnaturalizar as diferenças de gênero e a heteronorma implica também desnaturalizar a materialidade que nos cerca. Conforme Daniel Miller (2013), a cultura material adquire maior eficiência produtiva justamente porque não prestamos atenção quanto à sua participação na construção dos conhecimentos que compartilhamos sobre o mundo que nos rodeia. Por serem familiares e tidos como dados, os artefatos “saem de foco” e deixam de ser considerados como parte do processo de produção simbólica:

Quanto menos tivermos consciência deles, mais [os artefatos] conseguem determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos. Eles determinam o que ocorre à medida que estamos inconscientes da capacidade que têm de fazê-lo. (MILLER, 2013, p. 78-79)

Se as pessoas fazem os artefatos, certamente não os fazem fora das normas de gênero. E se os artefatos fazem as pessoas, eles nos fazem em diálogo com essas normas. Contudo, nem sempre as prescrições são citadas conforme o esperado. Para Judith Butler (2007) a citacionalidade – apesar de servir à manutenção da ordem hegemônica – também apresenta um potencial desestabilizador. Uma vez que o gênero é o efeito da repetição de um conjunto de normas, o próprio processo de repetição abre brechas para que tais normas sejam citadas de modo a questionar a coerência dos seus postulados.

No que diz respeito à cultura material, esse potencial desestabilizador pode ser percebido, por exemplo, na apropriação do uso de saias por homens em manifestações contra atitudes machistas e sexistas, bem como no rechaço de camisas e sutiãs por mulheres, visando a afirmação da autonomia sobre seus corpos. Nesses casos, as regras de gênero objetificadas nos artefatos são citadas a contrapelo, funcionando como recursos capazes de tensionar a naturalização dos significados atribuídos a eles e aos corpos que os (des)vestem. Mediante o rechaço das suas formas de uso convencionais, tais artefatos são inseridos em disputas simbólicas e servem como recursos para a afirmação de políticas de representação.

Com a discussão apresentada nesse texto, procurei problematizar as imbricações entre cultura material e as normativas de gênero, chamando atenção para o aspecto da dimensão política dos artefatos. Implicada na lógica binária da clivagem de gênero, a cultura material está envolvida na construção de visões normativas sobre feminilidades e masculinidades, servindo como recurso para a reiteração da heterossexualidade compulsória como o sistema de coerência que marca e policia os nossos corpos. Dessa forma, a relação ordinária que temos com os artefatos que nos rodeiam precisa ser cotidianamente questionada e também subvertida.

A partir das reflexões iniciadas nesse ensaio, um caminho para o aprofundamento da discussão pode ser identificado em uma observação feita por Berenice Bento no livro “A

reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”. Logo no início do capítulo intitulado “A estética dos gêneros”, apoiada em Beatriz Preciado, a autora reclama pela ausência de interesse na pesquisa de Judith Butler quanto às formas específicas de inscrição performativa do gênero nos corpos. Segundo Bento, a autora não aborda com profundidade os distintos “processos de construção dos corpos que buscam ajustar-se ao modelo dimórfico ou, ainda, sobre aqueles que jogam com as ambiguidades e reconstróem seus corpos com esse objetivo, como os *drag kings* e as travestis” (BENTO, 2006, p. 161).

Para Bento, essa questão é importante, pois coloca em relevo não só os mecanismos concretos agenciados nas transformações corporais, entre eles o uso de hormônios e a recorrência às cirurgias, mas também o emprego de roupas, sapatos e demais acessórios como elementos fundamentais para a construção do corpo generificado. Mais uma vez em diálogo com Beatriz Preciado, ela caracteriza esses recursos materiais como próteses de gênero. Ao cunhar tal conceito, Preciado (2014) busca mostrar a indissociabilidade entre tecnologia e natureza, chamando atenção para a dimensão material na incorporação das normas de gênero. A potência do conceito de prótese de gênero para a problematização da participação do design de produtos nesse processo é algo que merece ser investigado.

Referências

- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transsexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-172.
- BUTLER, Judith. “Performatividad, precariedad y políticas sexuales”. *Revista de Antropología Iberoamericana*. Madrid, vol. 4, n. 3, p. 321-336, set./dez. 2009.
- LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, Beatriz. “Basura y género. Cagar/mear. Masculino/feminino”. *Parole de Queer*, p. 14-17, jun./out. 2009. Disponível em: https://www.scribd.com/fullscreen/79994784?access_key=key-1kzk7tzxj9solcq2esc. Acesso em: 04/02/2015.
- SANTOS, Marinês Ribeiro dos. “Design e cultura: os artefatos como mediadores de valores e práticas sociais”. In: QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro (org.). *Design & Cultura*. Curitiba: Sol, 2005, p. 13-32.

[Recebido em 02/03/2015,
representado em 15/04/2016
e aprovado em 12/05/2016]

Gender and Material Culture: the Political Dimension of Daily Artefacts

Abstract: *In this essay, I discuss the political implications of material culture in the light of gender relations. I critically inquiry how the values objectified in everyday life artefacts contribute to the*

naturalization of differences involved in social inequalities. When artefacts are implied in gender binarisms, they can serve as material resources for the constitution of bodies that conform with the notions of "feminine-women" and "masculine-man". Therefore, I reinforce that the hegemonic visions pass through the reconfiguration of the relations we have with the materialities we live by, both in terms of the naturalized character of the gender divide, as well as of the heterosexuality as the dominant order of desire.

Keywords: *Material culture; gender relations; heteronormativity, design; artefacts*

Marinês Ribeiro dos Santos (ribeiro@utfpr.edu.br) é doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atua como professora nos cursos de graduação do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial e nos cursos de Mestrado e Doutorado em Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Realiza pesquisas na área de Teoria e História do Design, com ênfase nas articulações entre cultura material, espaço doméstico e relações de gênero.